

Monitor do Acordo de Paris

Boletim nº 42 – abril de 2026

Introdução

Este é o Boletim Mensal do Monitor do Acordo de Paris, que acompanha os principais andamentos do processo de negociações do Acordo de Paris, incluindo reuniões, workshops, comunicados oficiais, prazos para submissões e publicação de documentos, bem como identifica as submissões apresentadas pelo governo brasileiro no processo. Os andamentos reportados são aqueles ocorridos até o último dia do mês de referência.

O Boletim apresenta **andamentos passados**, relativos ao mês anterior; e **andamentos futuros** em relação ao mês presente, baseados na publicação de documentos e programação de eventos disponíveis nas agendas oficiais do website da UNFCCC. Também são apresentados os prazos abertos e as submissões de documentos pelas Partes e órgãos da UNFCCC.

Os andamentos são separados de acordo com os **principais eixos temáticos** das negociações do Acordo de Paris: Mitigação, Adaptação, Perdas e Danos, Mercado de Carbono e Instrumentos do Artigo 6, Financiamento, Florestas, Gênero, Transparência, Balanço Global, Compliance, Fortalecimento de Capacidades, Medidas de Resposta, Comunidades Locais e Povos Indígenas, Ação para o Empoderamento Climático, Pesquisa, Tecnologia e Transição Justa. Para assuntos que dizem respeito a todo o processo de negociações e ao sistema da UNFCCC, usamos a categoria Geral.

Ao final da edição, você encontra um **glossário** com os termos mais recorrentes usados no documento.

Os andamentos são reportados de forma a descrever os acontecimentos e sua relevância no **processo das negociações**. Para maior aprofundamento sobre o **conteúdo** das discussões em cada evento descrito, poderão ser acessados **os links indicados no andamento**. Os links remetem à transcrição original dos documentos mencionados, pautas e atas de reuniões, submissões apresentadas, gravações de eventos, relatórios técnicos referidos e páginas de internet de eventos oficiais. Todas as informações divulgadas são oficiais e obtidas por meio do website da UNFCCC.

Neste boletim mensal, não há qualquer tipo de análise crítica da equipe do Observatório do Acordo de Paris da LACLIMA sobre os andamentos, mas opiniões técnicas poderão ser emitidas sobre assuntos específicos em outras publicações adjacentes. Se tiver interesse em saber mais a respeito das nossas opiniões técnicas, fale com a gente pelo e-mail info@laclima.org.

Para entender cada eixo temático das negociações e os assuntos que estão em pauta, e saber mais sobre os órgãos do Acordo de Paris mencionados, recomendamos ler este Boletim em conjunto com as publicações "[Acordo de Paris: um guia para os perplexos](#)". "[Rumo à COP: guia de bolso para entender as negociações do clima – Edição COP 30](#)" e "[Resumão COP 30](#)" e "[Resultados da COP 30](#)".

Boa leitura!

Equipe Monitor do Acordo de Paris

LACLIMA

Nesta edição

Em **março**, houve andamentos sobre os temas de:

Ação para o Empoderamento Climático, Adaptação, Agricultura, Mercados de Carbono e Cooperação do Artigo 6, Financiamento, Fortalecimento de Capacidades, Gênero, Balanço Global, Transição Justa, Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas, Mitigação, Diálogo de Pesquisa, Tecnologia e Transparência.

Em **abril**, a programação de eventos inclui andamentos relacionados aos temas de:

Ação para o Empoderamento Climático, Adaptação, Mercados de Carbono e Cooperação do Artigo 6, Financiamento, Gênero, Conformidade, Transição Justa, Perdas e Danos, Mitigação, Diálogo de Pesquisa, Tecnologia e Transparência.

Há chamados de submissões **ativos e com prazos em aberto** sobre os temas de:

Adaptação, Agricultura, Mercados de Carbono e Cooperação do Artigo 6, Financiamento, Gênero, Balanço Global, Transição Justa, Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas, Mitigação, Diálogo de Pesquisa, Tecnologia e Transparência.

Confira abaixo!

Aconteceu em março

COP 30

Tipo de Evento: Publicação relatórios de sessão e reunião.

Assunto: Relatório da Conferência das Partes atuando como reunião das Partes do Acordo de Paris sobre sua sétima sessão, realizada em Belém, Brasil.

Data: 30 de março de 2026.

Órgão envolvido: UNFCCC. Conferência das Partes atuando como reunião das Partes do Acordo de Paris (CMA).

Resumo: Os documentos compilam as decisões adotadas na CMA 7.

Links relacionados: [Parte 1](#), [Parte 2](#) e [Parte 3](#)

Tipo de Evento: Publicação de relatórios de sessão e reunião.

Assunto: Relatório da Conferência das Partes sobre sua trigésima sessão, realizada em Belém de 10 a 25 de novembro de 2025.

Data: 30 de março de 2026.

Órgão envolvido: UNFCCC. Conferência das Partes (COP).

Resumo: Relatório da trigésima sessão da COP (COP 30), realizada em Belém, Brasil.

Links relacionados: [Parte 1](#) e [Parte 2](#)

Tipo de Evento: Publicação de relatórios de sessão e reunião.

Assunto: Relatório da Conferência das Partes atuando como reunião das Partes do Protocolo de Quioto (CMP) sobre sua vigésima sessão, realizada em Belém, Brasil.

Data: 30 de março de 2026.

Órgão envolvido: UNFCCC. CMP.

Resumo: Relatório da vigésima sessão da CMP, realizada em Belém de 10 a 25 de novembro de 2025

Links relacionados: [Parte 1](#) e [Parte 2](#)

Tipo de Evento: Publicação de documentos pós-sessão

Assunto: Atividades mandatadas pelos órgãos diretivo e subsidiário na COP em Belém e suas respectivas implicações de custos. Nota do Secretariado.

Data: 23 de março de 2026.

Órgão envolvido: UNFCCC. Secretariado.

Resumo: Esta nota fornece uma visão geral das atividades adicionais mandatadas pelos órgãos diretivo e subsidiário na COP em Belém. Concentra-se nas implicações administrativas e institucionais de custos associadas, bem como nos requisitos de recursos além daqueles já orçados para anos específicos. O objetivo é garantir transparência em relação às futuras necessidades orçamentárias e apoiar a tomada de decisão informada pelas Partes.

Links relacionados: [Nota](#).

Tipo de Evento: Publicação de relatórios de sessão e reunião.

Assunto: Relatório da CMA sobre sua sétima sessão, realizada em Belém de 10 a 21 de novembro de 2025: Procedimentos.

Data: 30 de março de 2026.

Órgão envolvido: UNFCCC. CMA.

Resumo: O documento apresenta o relatório da sétima sessão da CMA 7, realizada em Belém de 10 a 21 de novembro de 2025, contemplando a parte referente aos procedimentos.

Links relacionados: [Relatório](#).

Tipo de Evento: Publicação de relatórios de sessão e reunião.

Assunto: Relatório do Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico (SBSTA) sobre sua sexagésima terceira sessão, realizada em Belém de 10 a 15 de novembro de 2025.

Data: 30 de março de 2026.

Órgão envolvido: UNFCCC. SBSTA.

Resumo: O documento apresenta o relatório da sexagésima terceira sessão do SBSTA 63, realizada em Belém de 10 a 15 de novembro de 2025, incluindo o encerramento e o relatório da sessão.

Links relacionados: [Relatório](#).

Tipo de Evento: Publicação de relatórios de sessão e reunião.

Assunto: Relatório do Órgão Subsidiário de Implementação (SBI) sobre sua sexagésima terceira sessão, realizada em Belém de 10 a 15 de novembro de 2025.

Data: 30 de março de 2026.

Órgão envolvido: UNFCCC. SBI.

Resumo: O documento apresenta o relatório da sexagésima terceira sessão SBI 63, realizada em Belém de 10 a 15 de novembro de 2025, incluindo o encerramento e o relatório da sessão.

Links relacionados: [Relatório](#).

Geral

Tipo de Evento: Documentos de pré-sessão.

Assunto: Providências para reuniões intergovernamentais.

Data: 30 de março de 2026.

Órgão envolvido: UNFCCC. SBI.

Resumo: Este documento fornece informações sobre o cenário preliminar para a organização das sessões de novembro de 2026 dos órgãos diretivos, incluindo elementos para as agendas provisórias; planejamento para sessões futuras; aumento da eficiência do processo da UNFCCC visando aumentar a ambição e fortalecer a implementação; e engajamento de organizações observadoras no processo intergovernamental.

Links relacionados: [Relatório](#)

Ação para o Empoderamento Climático (ACE)

Tipo de Evento: Publicação de relatórios de síntese.

Assunto: Integração da Ação para o Empoderamento Climático em relatórios e comunicações relevantes apresentados pelas Partes. Relatório de síntese da Secretariado.

Data: 23 de março de 2026.

Órgão envolvido: UNFCCC. Secretariado.

Resumo: O documento sintetiza as informações sobre a Ação para o Empoderamento Climático (ACE) e seus seis elementos, educação, treinamento, conscientização pública, participação pública, acesso público à informação e cooperação internacional sobre mudança climática, contidas nas contribuições nacionalmente determinadas (NDCs), nos planos nacionais de adaptação, nos relatórios bienais de transparência e nas comunicações nacionais que haviam sido apresentadas pelas Partes até 31 de dezembro de 2025.

Links relacionados: [Relatório](#).

Adaptação

Tipo de Evento: Publicação de documentos de pré-sessão.

Assunto: Progresso na implementação de atividades sob o programa de trabalho de Nairóbi sobre impactos, vulnerabilidade e adaptação às mudanças climáticas (NWP). Relatório do Secretariado.

Data: 30 de março de 2026.

Órgão envolvido: UNFCCC. SBSTA.

Resumo: Este relatório resume o progresso na implementação de atividades sob o NWP, entre abril de 2025 e março de 2026.

Links relacionados: [Relatório](#).

Agricultura

Tipo de Evento: Publicação de relatórios de síntese.

Assunto: Trabalho realizado por órgãos constituídos e entidades financeiras e outras sob a Convenção, bem como por organizações internacionais relevantes, sobre atividades relacionadas ao trabalho conjunto de Sharm el-Sheikh para implementação de ação climática sobre agricultura e segurança alimentar. Relatório anual de síntese do Secretariado.

Data: 25 de março de 2026.

Órgão envolvido: UNFCCC. SBI.

Resumo: Este relatório fornece uma síntese das contribuições recebidas dos órgãos constituídos e das entidades financeiras e outras sob a Convenção que realizaram atividades relacionadas ao trabalho conjunto de Sharm el-Sheikh para implementação de ação climática sobre agricultura e segurança alimentar em 2025. O relatório também sintetiza as submissões de organizações internacionais relevantes, representantes de iniciativas das Presidências da Conferência das Partes e dos campeões de alto nível sobre atividades relacionadas ao trabalho conjunto realizado em 2025.

Links relacionados: [Relatório](#).

Financiamento

Tipo de Evento: Publicação de material de imprensa.

Assunto: Carta da Presidência da COP 30 sobre o Diálogo Veredas – Nomeação dos Copresidentes para 2026.

Data: 23 de março de 2026

Órgão envolvido: Brasil.

Resumo: O documento apresenta a nomeação dos copresidentes do recém-estabelecido "Diálogo Veredas" para o período de um ano em 2026, em conformidade com a decisão 11/CMA.7 sobre o Diálogo de Sharm el-Sheikh. O Diálogo Veredas tem como objetivo deliberar sobre a implementação do Artigo 2, parágrafo 1(c), do Acordo de Paris e sua complementaridade com o Artigo 9. As modalidades organizacionais incluem: realização aberta, transparente e inclusiva; pelo menos uma reunião anual por ocasião das sessões regulares dos órgãos subsidiários; convocação anual do "Xingu Finance Talks" como mesa-redonda de alto nível; consideração de desafios e oportunidades na implementação

Links relacionados: [Carta](#).

Fortalecimento de Capacidades

Tipo de Evento: Publicação de relatórios de síntese.

Assunto: Implementação do marco para o fortalecimento de capacidades em países em desenvolvimento. Relatório de síntese do Secretariado.

Data: 27 de março de 2026.

Órgão envolvido: UNFCCC. SBI.

Resumo: Este relatório de síntese foi preparado para apoiar o SBI em seu monitoramento e avaliação anuais, de acordo com as decisões 2/CP.7 e 29/CMP.1, da implementação do marco para o desenvolvimento de capacidades em países em desenvolvimento estabelecido sob a decisão 2/CP.7. O relatório baseia-se em informações contidas em comunicações nacionais, relatórios de atualização bienais, planos nacionais de adaptação e no relatório de 2025 do Conselho Executivo do mecanismo de desenvolvimento limpo à CMP. Com o objetivo de auxiliar na revisão do progresso na implementação do marco de fortalecimento de capacidades e na identificação de áreas onde apoio adicional ao desenvolvimento de capacidades é necessário.

Links relacionados: [Relatório](#).

Mercados de Carbono e Instrumentos de Cooperação do Artigo 6

Tipo de Evento: Publicação de relatórios.

Assunto: Relatório da reunião: Décima segunda reunião do Painel de Especialistas Metodológicos (v.01.0) (MEP012).

Data: 17 de março de 2026.

Órgão envolvido: UNFCCC. Painel de Especialistas Metodológicos (MEP).

Resumo: O documento apresenta que o MEP realizou sua décima segunda reunião, que incluiu: abertura e adoção da agenda; questões de governança e gestão, incluindo assuntos relacionados ao Painel e prazos relevantes para as partes interessadas; e questões regulatórias, abrangendo requisitos para metodologias, remoções, revisão de metodologias e ferramentas metodológicas do mecanismo de desenvolvimento limpo (MDL), bem como padrões/ferramentas para atividades do Artigo 6.4, incluindo metodologias de mecanismo propostas.

Links relacionados: [Relatório](#).

Transparência

Tipo de Evento: Publicação de documentos pós-sessão.

Assunto: Relatório de resumo processual sobre a consideração multilateral facilitadora do progresso (FMCP) na sexagésima terceira sessão do Órgão Subsidiário de Implementação (SBI).

Data: 30 de março de 2026.

Órgão envolvido: UNFCCC. SBI.

Resumo: Relatório da sexagésima terceira sessão do SBI 63, realizada em Belém de 10 a 15 de novembro de 2025, apresenta o relatório de resumo processual sobre a FMCP no âmbito daquela sessão, incluindo o encerramento e o relatório da sessão.

Links relacionados: [Relatório](#).

Agendado para abril

Semana do Clima

Tipo de Evento: Fórum.

Assunto: Fórum de Implementação (Implementation Forum) – Semana do Clima de Yeosu (Coreia do Sul).

Data: 23 a 24 de abril de 2026.

Órgão envolvido: UNFCCC.

Resumo: Fórum aberto a representantes de grupos de stakeholders para discutir colaboração em soluções implementáveis para ação climática ambiciosa. Incluirá Diálogos de Impacto e Laboratórios de Implementação e Investimento. Inscrições: até 7/4 (com visto) ou 15/4 (sem visto).

Links relacionados: [Página do evento.](#)

Ação para o Empoderamento Climático (ACE)

Tipo de Evento: Webinar.

Assunto: Webinar 3 – Participação Pública e Acesso à Informação (Série ACE Activity 2026).

Data: 29 de abril de 2026.

Órgão envolvido: UNFCCC.

Resumo: Webinar virtual sobre participação pública e acesso à informação como parte da Série de Atividades ACE 2026. Voltado para educação e juventude. No momento da organização deste boletim, a agenda detalhada não havia sido divulgada.

Links relacionados: [Página do evento.](#)

Tipo de Evento: Fórum de Implementação.

Assunto: Da Ação Local ao Impacto Global: Como governos subnacionais e locais impulsionam a ambição climática por meio do ACE.

Data: 23 de abril de 2026.

Órgão envolvido: UNFCCC.

Resumo: Evento aberto que pretende explorar como cidades e regiões podem avançar a ambição climática integrando os seis elementos do ACE (educação, conscientização, treinamento, participação, acesso à informação e cooperação internacional) em seus esforços para transições justas e inclusivas. Servirá para a revisão de médio prazo do programa de trabalho de Glasgow sobre ACE.

Links relacionados: [Página do evento.](#)

Adaptação

Tipo de Evento: Reunião.

Assunto: De dados a decisões: Como sistemas de Monitoramento, Avaliação e Aprendizagem (MEL) informam políticas e investimentos para resiliência climática.

Data: 25 de abril de 2026.

Órgão envolvido: UNFCCC. Comitê de Adaptação (AC).

Resumo: Evento na Semana do Clima 1 em Yeosu reunirá formuladores de políticas, profissionais e especialistas para trocar experiências sobre projeto e implementação de sistemas MEL que informam políticas de adaptação, investimento e gestão adaptativa. Contribuirá para os esforços dos indicadores para o objetivo global de adaptação (GGA).

Links relacionados: [Página do evento.](#)

Tipo de Evento: Reunião.

Assunto: 29ª reunião do Comitê de Adaptação (AC29).

Data: 14 a 17 de abril de 2026.

Órgão envolvido: UNFCCC. Comitê de Adaptação (AC).

Resumo: A reunião abordará eleição de co-presidentes, avaliação de impacto/vulnerabilidade/risco, avaliação da capacidade adaptativa, apoio ao planejamento e implementação (incluindo atualização de recursos online sobre planos nacionais de adaptação), monitoramento, avaliação e aprendizado (MEL), materiais de treinamento para o Quadro dos EAU para Resiliência Climática Global, melhoria da notificação sobre adaptação, reconhecimento dos esforços de adaptação de países em desenvolvimento, e colaboração com outros órgãos constituídos. A agenda preliminar está disponível no link.

Links relacionados: [Página do evento.](#)

Conformidade

Tipo de Evento: Reunião.

Assunto: 16ª Reunião do Comitê de Implementação e Conformidade do Acordo de Paris (PAICC).

Data: 24 a 27 de março de 2026.

Órgão envolvido: UNFCCC. PAICC

Resumo: No momento da publicação deste boletim, a agenda do evento ainda não havia sido divulgada.

Links relacionados: [Página do evento.](#)

Financiamento

Tipo de Evento: Oficina.

Assunto: Conhecimento e Prospectiva sobre Financiamento da Adaptação.

Data: 24 de abril de 2026.

Órgão envolvido: UNFCCC. NWP.

Resumo: O evento planeja reunir diversos detentores de conhecimento e atores de financiamento da adaptação para refinar e priorizar opções práticas de financiamento identificadas em 2025, explorando caminhos para aplicação prática por países e organizações.

Links relacionados: [Página do evento.](#)

Tipo de Evento: Temas relacionados a mercado.

Assunto: Climate Capital Marketplace.

Data: 23 a 24 de abril de 2026

Órgão envolvido: UNFCCC. NWP.

Resumo: Evento focado em apoiar Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) e Estados frágeis e afetados por conflitos (FCAS) no acesso a financiamento climático. Incluirá orientação de fundos, sessões interativas para resolver desafios fundacionais, apresentação de ideias de projetos, e desenvolvimento de roteiros nacionais concretos.

Links relacionados: [Página do evento.](#)

Gênero

Tipo de Evento: Oficina.

Assunto: Financiamento da implementação do Plano de Ação de Gênero de Belém (GAP) no nível nacional.

Data: 22 de abril de 2026.

Órgão envolvido: UNFCCC.

Resumo: Este evento híbrido tem por objetivo fortalecer as capacidades nacionais para acessar financiamento climático sensível a gênero, apoiando a implementação do (GAP). Incluirá apresentações e trabalho em grupo sobre janelas de financiamento, apoio à prontidão, oportunidades dos fundos climáticos e bancos de desenvolvimento, financiamento privado e soluções financeiras inovadoras

Links relacionados: [Página do evento.](#)

Mercados de Carbono e Instrumentos de Cooperação do Artigo 6

Tipo de Evento: Reunião.

Assunto: 7ª reunião do Painel de Especialistas em Credenciamento (AEP 007).

Data: 28 a 29 de abril de 2026.

Órgão envolvido: UNFCCC.

Resumo: No momento da publicação deste boletim, a agenda do evento ainda não havia sido divulgada.

Links relacionados: [Página do evento.](#)

Tipo de Evento: Diálogo.

Assunto: Diálogo Estratégico de Mercado do Artigo 6.4.

Data: 24 de abril de 2026.

Órgão envolvido: UNFCCC.

Resumo: Este Laboratório de Implementação reunirá países anfitriões, países compradores, desenvolvedores de projetos e financiadores para facilitar o diálogo estratégico sob o Artigo 6.4. Focado em viabilizar cooperação de alta integridade por meio de engajamento precoce em estruturas de autorização, sinais de demanda e pipelines de projetos de mitigação alinhados com as prioridades das NDCs.

Links relacionados: [Página do evento.](#)

Tipo de Evento: Reunião.

Assunto: 13ª reunião do Painel de Especialistas em Metodologias do mecanismo do Artigo 6.4 (MEP 013).

Data: 13 a 17 de abril de 2026.

Órgão envolvido: UNFCCC.

Resumo: A reunião abordará a adoção da agenda, questões regulatórias (metodologias propostas, revisão de padrões metodológicos, solicitações de esclarecimento), revisão de metodologias do MDL, remoções e recomendações da MEP 012. A agenda anotada está disponível no link.

Links relacionados: [Página do evento.](#)

Tipo de Evento: Reunião.

Assunto: Proposta de valor global do Mecanismo de Creditação do Acordo de Paris (PACM) e transição do MDL.

Data: 22 de abril de 2026.

Órgão envolvido: UNFCCC. AC.

Resumo: Esta sessão fornecerá orientações práticas sobre a proposta de valor global do PACM e os benefícios da transição oportuna para evitar ativos ociosos. Explicará em detalhe as regras, prazos e requisitos para mover atividades do MDL para o PACM, auxiliando DNAs, governos e participantes de projetos nas decisões sobre mercados de carbono e implementação do Artigo 6.

Links relacionados: [Página do evento.](#)

Mitigação

Tipo de Evento: Oficina de Intercâmbio entre Pares.

Assunto: Oficina de Intercâmbio entre Pares sobre Implementação de Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs).

Data: 24 a 25 de abril de 2026.

Órgão envolvido: UNFCCC, RCCs, PNUD, PNUMA, Parceria NDC, GIZ.

Resumo: Oficina co-organizada para apoiar países na tradução de NDCs em caminhos de implementação coordenados para redução de emissões e resiliência climática. Fornecerá plataforma para reflexão entre pares sobre coordenação e colaboração, baseando-se em experiências práticas e perspectivas lideradas por países. Nota conceitual e agenda disponíveis no link.

Links relacionados: [Página do evento.](#)

Perdas e Danos

Tipo de Evento: Reunião.

Assunto: 24ª reunião do Comitê Executivo do Mecanismo Internacional de Varsóvia para Perdas e Danos (WIM ExCom 24).

Data: 28 de abril a 1º de maio de 2026.

Órgão envolvido: UNFCCC. WIM ExCom.

Resumo: A reunião abordará: diretrizes voluntárias para relatórios de transparência; ciência climática em políticas de perdas e danos; workstreams sobre eventos de início

lento, perdas não econômicas, gestão de risco, mobilidade humana e ação e apoio; estratégia de gênero; novos produtos de conhecimento; colaboração com a rede de Santiago e o Fundo para Perdas e Danos; e datas da próxima reunião. Agenda completa disponível no link.

Links relacionados: [Página do evento.](#)

Tipo de Evento: Reunião.

Assunto: Abordando Desafios Críticos de Perdas e Danos: Mobilidade humana, eventos de início lento e perdas não econômicas.

Data: 23 a 24 de abril de 2026.

Órgão envolvido: UNFCCC.

Resumo: Evento em duas partes para engajar formuladores de políticas, profissionais e instituições. Focado em traduzir conhecimento sobre perdas e danos em ação prática nos níveis regional, nacional e local, com base em experiências nacionais e nos grupos temáticos do Comitê Executivo.

Links relacionados: [Página do evento.](#)

Transição Justa

Tipo de Evento: Diálogo.

Assunto: Quinto Diálogo sob o Programa de Trabalho de Transição Justa dos Emirados Árabes Unidos (JTWP).

Data: 24 a 25 de abril de 2026.

Órgão envolvido: UNFCCC.

Resumo: O quinto diálogo focará em "Caminhos de transição justa para abordagens holísticas à segurança alimentar, incluindo com foco na agricultura e oceanos".

Links relacionados: [Página do evento.](#)

Tecnologia

Tipo de Evento: Reunião.

Assunto: 32ª reunião do Comitê Executivo de Tecnologia (TEC 32).

Data: 14 a 17 de abril de 2026.

Órgão envolvido: UNFCCC. TEC.

Resumo: No momento da publicação deste boletim, a agenda do evento não havia sido divulgada.

Links relacionados: [Página do evento.](#)

Transparência

Tipo de Evento: Reunião.

Assunto: Encontros da Comunidade Global de Transparência (Global Transparency Community Meetings).

Data: 14 a 16 de abril de 2026.

Órgão envolvido: UNFCCC.

Resumo: O evento busca reunir formuladores de políticas, pontos focais de transparência e NDC, e especialistas em clima de países em desenvolvimento para promover o intercâmbio de experiências e aprendizado entre pares sobre desafios e soluções compartilhados na implementação do Quadro de Transparência Aprimorado (ETF) da UNFCCC, com foco em apoiar a implementação das NDCs 3.0.

Links relacionados: [Página do evento.](#)

Chamados de submissões

Chamado de submissões ativas

Chamados de submissões ativas, ou seja, sem prazo definido, com prazo expirado, mas que receberam submissões no último mês.

Tema	Chamado	Prazo	Submissões no último mês
Ação para o Empoderamento Climático	As Partes e as partes interessadas não pertencentes às Partes deverão submeter anualmente à secretaria, durante a vigência do plano de ação, sugestões para estruturar os Diálogos Anuais sobre Ação para o Empoderamento Climático, tais como propostas de palestrantes e listas de questões orientadoras, de modo a aprimorar os Diálogos e	Aberto	Brasil (31/03) Libéria (31/03) África do Sul (12/03)

	atender às necessidades das Partes e da comunidade mais ampla de Ação para o Empoderamento Climático (ACE).		
<p>Adaptação</p> <p>Meta global sobre adaptação (GGA)</p>	Partes para enviarem pontos de vista sobre o foco dos workshops e do documento técnico no âmbito do Roteiro de Adaptação de Baku.	27/02/2026	<p>Brasil (23/03)</p> <p>Santa Sé (23/03)</p> <p>Palau (18/03)</p> <p>Índia (18/03)</p> <p>Noruega (12/03)</p> <p>Uruguai (11/03)</p> <p>União Europeia (10/03)</p> <p>Rússia (06/03)</p> <p>Arábia Saudita (05/03)</p> <p>Timor-Leste (05/03)</p> <p>Maurícia (02/03)</p> <p>Canadá (02/03)</p> <p>Canadá (02/03)</p>
<p>Adaptação</p> <p>Comitê de Adaptação (AC): Recomendações sobre como melhorar o relato sobre ação e progresso em adaptação</p>	Partes e partes interessadas não-Parte relevantes para enviarem informações sobre como melhorar o relato sobre ação e progresso em adaptação no contexto do parágrafo 45 da decisão 2/CMA.5. Perguntas orientadoras disponíveis neste link .	30/03/2026	<p>Noruega (27/03)</p>

<p>Balanço Global</p> <p>Diálogo dos Emirados Árabes Unidos sobre implementação dos resultados do balanço global (GST)</p>	<p>Partes, observadores e outras partes interessadas não-Parte, órgãos constituídos sob ou servindo a Convenção e/ou o Acordo de Paris, e organizações internacionais para enviarem pontos de vista sobre experiências, oportunidades, desafios, barreiras e necessidades como subsídios para o diálogo (até três meses antes de cada diálogo).</p>	<p>07/03/2026</p>	<p>Grupo Árabe (08/04) Maurícia (07/04) Brasil (26/03) Panamá (26/03) Reino Unido (19/03) Palau (14/03) Índia (13/03) Quênia (10/03) Japão (06/03) União Europeia (06/03)</p>
<p>Diálogo de Pesquisa</p> <p>Décima Oitava Reunião do Diálogo de Pesquisa</p>	<p>Pontos de vista das Partes e organizações relevantes sobre possíveis temas para a décima oitava reunião do diálogo de pesquisa, a ser realizada em conjunto com o SBSTA 64.</p>	<p>13/03/2026</p>	<p>Quênia (23/03) Brasil (20/03) Chile (19/03) Palau (17/03) Reino Unido (16/03) Islândia (12/03) Japão (12/03) Arábia Saudita (11/03) União Europeia (02/03)</p>
<p>Financiamento</p>	<p>Convida Partes, órgãos constituídos da UNFCCC, entidades operacionais do Mecanismo Financeiro,</p>	<p>27/02/2026</p>	<p>Canadá (22/03) Uruguai</p>

<p>Diálogo Veredas – Artigo 2.1(c) e complementaridade com o Artigo 9 do Acordo de Paris</p>	<p>instituições financeiras internacionais, observadores e outras partes interessadas, particularmente do setor privado, a enviarem pontos de vista sobre a organização do Diálogo Veredas através do portal de submissão até 28 de fevereiro, anualmente.</p>		<p>(16/03) Noruega (13/03) África do Sul (10/03) Índia (10/03) Rússia (06/03) Arábia Saudita (05/03) Nova Zelândia (03/03) Paquistão (03/03) Suíça (02/03) União Europeia (02/03)</p>
<p>Mercados de Carbono e Instrumentos de Cooperação do Artigo 6</p> <p>Relatórios iniciais sobre o Artigo 6</p>	<p>Solução provisória para a submissão de informações conforme estabelecido na decisão 2/CMA.3, anexo, capítulo IV (Relatórios), até que a plataforma centralizada de contabilidade e relatórios e o banco de dados do Artigo 6 sejam lançados (decisão 6/CMA.4, parágrafo 28).</p>	<p>Aberto</p>	<p>Madagáscar (23/03) Guiana (23/03) Gâmbia (17/03)</p>
<p>Mercados de Carbono e Instrumentos de Cooperação do Artigo 6</p> <p>9ª reunião do Comitê de Glasgow sobre Abordagens Não Mercadológicas – Artigo 6, parágrafo 8 do Acordo de Paris</p>	<p>Partes e observadores são convidados a enviar pontos de vista e informações sobre tópicos para discussão no workshop em sessão a ser realizado em conjunto com a 9ª reunião do Comitê de Glasgow sobre Abordagens Não Mercadológicas.</p>	<p>30/03/2026</p>	<p>Japão (03/04) Quênia (30/03) União Europeia (17/03)</p>

<p>Transição Justa</p> <p>Tópicos dos diálogos do Programa de Trabalho de Transição Justa dos Emirados Árabes Unidos (JTWP)</p>	<p>Pontos de vista das Partes, observadores e outras partes interessadas não Partes sobre o trabalho a ser realizado sob o programa de trabalho, bem como possíveis tópicos para os diálogos.</p>	<p>14/02/2026</p>	<p>Tanzânia (16/03) Gana (15/03) Gana (12/03) Uruguai (05/03) Paquistão (05/03) Filipinas (04/03)</p>
<p>Transição Justa</p> <p>JTWP</p>	<p>Opiniões de Partes, observadores e outras partes interessadas não signatárias sobre oportunidades, melhores práticas, soluções viáveis, desafios e barreiras relevantes para os tópicos dos diálogos no âmbito do programa de trabalho da UAE sobre transição justa.</p>	<p>26/03/2026</p>	<p>Brasil (31/03) Gana (25/03) Grupo Africano de Negociadores (25/03)</p>
<p>Transição Justa</p> <p>JTWP – processo para a operacionalização do mecanismo de transição justa</p>	<p>Pontos de vista das Partes e partes interessadas não Partes sobre o processo para a operacionalização de um mecanismo de transição justa.</p>	<p>14/03/2026</p>	<p>África do Sul (26/03) União Europeia (25/03) Quênia (23/03) Santa Sé (23/03) Timor-Leste (20/03) Maurícia (19/03) Brasil (17/03) Panamá (16/03) Suíça (16/03) Indonésia (16/03)</p>

Chamado de submissões com prazo aberto

Chamados de submissões ativas, mas com prazo posterior a este boletim.

Tema	Chamado	Prazo	Submissões no último mês
<p>Geral</p> <p>Cooperação com outras organizações internacionais</p>	<p>Partes e observadores para enviarem pontos de vista sobre como aumentar a inclusividade da cooperação com outras organizações internacionais, bem como sobre a cooperação com os secretariados das outras Convenções do Rio.</p>	<p>30/04/2026</p>	<p>Nenhuma</p>
<p>Geral</p> <p>Dia de Informações sobre a Terra</p>	<p>O SBSTA convida as Partes e organizações relevantes a enviarem pontos de vista sobre possíveis temas e formas de organizar o Dia de Informação sobre a Terra (Earth Information Day - EID) 2026, a ser realizado em conjunto com o SBSTA 65 (novembro de 2026).</p>	<p>31/07/2026</p>	<p>Nenhuma</p>
<p>Financiamento</p> <p>Relatório do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF) à Conferência das Partes e orientação ao GEF</p>	<p>Partes para enviarem pontos de vista e recomendações sobre elementos de orientação para o GEF via portal de submissão até 12 semanas antes da COP 31 (novembro de 2026).</p>	<p>16/08/2026</p>	<p>Nenhuma</p>
<p>Financiamento</p> <p>Relatório do Fundo Verde para o Clima (GCF) à Conferência das Partes e orientação ao GCF</p>	<p>Partes para enviarem pontos de vista e recomendações sobre elementos de orientação para o Fundo via portal de submissão até 12 semanas antes da COP 31 (novembro de 2026).</p>	<p>16/08/2026</p>	<p>Nenhuma</p>
<p>Financiamento</p> <p>Relatório do Fundo para Responder a Perdas e Danos e orientação ao Fundo</p>	<p>Partes para enviarem pontos de vista e recomendações sobre elementos de orientação para o Fundo via portal de submissão até 12 semanas antes da COP 31 e da oitava sessão da Conferência das Partes atuando como</p>	<p>16/08/2026</p>	<p>Nenhuma</p>

	reunião das Partes do Acordo de Paris (novembro de 2026).		
<p>Financiamento</p> <p>A CMA solicitou que as Partes países desenvolvidos enviem as comunicações bienais de informação indicativa quantitativa e qualitativa, conforme aplicável, incluindo, quando disponíveis, sobre níveis projetados de recursos financeiros públicos a serem fornecidos a Partes países em desenvolvimento, a partir de 2020. Outras Partes que fornecem recursos são encorajadas a comunicar tais informações bienalmente de forma voluntária.</p>	<p>Comunicações bienais sobre informações indicativas quantitativas e qualitativas sobre os níveis projetados de recursos financeiros públicos a serem fornecidos às Partes países em desenvolvimento, de acordo com o Artigo 9, parágrafo 5, do Acordo de Paris.</p>	30/12/2026	Nenhuma
<p>Gênero</p> <p>Gênero e mudança do clima</p>	<p>Submissões sobre experiências na implementação de instrumentos e metodologias financeiras sensíveis a gênero, e capacitação disponível a esse respeito (para instrumentos e metodologias de finanças públicas, como orçamento sensível a gênero, para promover políticas, planos, estratégias e ações climáticas sensíveis a gênero, conforme apropriado).</p>	29/06/2026	Nenhuma
<p>Gênero</p>	<p>Submissões sobre melhores práticas para garantir a participação e</p>	29/11/2034	Nenhuma

Gênero e mudança do clima	liderança plena, significativa e igualitária das mulheres, bem como o equilíbrio de gênero no nível nacional, incluindo posições políticas e técnicas relevantes em ministérios, em delegações e cargos eleitos sob a UNFCCC para informar o relatório de composição de gênero.		
Mercados de Carbono e Instrumentos de Cooperação do Artigo 6 9ª reunião do Comitê de Glasgow sobre Abordagens Não Mercadológicas – Artigo 6, parágrafo 8 do Acordo de Paris	Partes e observadores são convidados a enviar pontos de vista e informações sobre tópicos para discussão no workshop em sessão a ser realizado em conjunto com a 9ª reunião do Comitê de Glasgow sobre Abordagens Não Mercadológicas.	30/08/2026	Nenhuma
Mercados de Carbono e Instrumentos de Cooperação do Artigo 6 10ª reunião do Comitê de Glasgow sobre Abordagens Não Mercadológicas – Artigo 6, parágrafo 8 do Acordo de Paris	Partes e observadores são convidados a enviar pontos de vista e informações sobre tópicos para discussão no workshop em sessão a ser realizado em conjunto com a 10ª reunião do Comitê de Glasgow sobre Abordagens Não Mercadológicas.	30/08/2026	Nenhuma
Mitigação Programa de trabalho de ambição e implementação de mitigação de Sharm el-Sheikh (MWP)	Partes interessadas, observadores e demais interessados deverão apresentar suas opiniões sobre oportunidades, melhores práticas, soluções viáveis, desafios e obstáculos relevantes para a continuidade, o funcionamento e a eficácia do programa de trabalho.	14/04/2026	Nenhuma

<p>Mitigação</p> <p>MWP</p>	<p>Partes, observadores e outras partes interessadas para submeterem pontos de vista sobre oportunidades, melhores práticas, soluções acionáveis, desafios e barreiras relevantes aos tópicos dos diálogos.</p>	<p>30/10/2026</p>	<p>Timor-Leste (03/03)</p>
<p>Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas</p> <p>Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas (LCIPP) - Contribuições para o plano de trabalho da LCIPP para 2028-2031</p>	<p>Partes, Povos Indígenas, comunidades locais e partes interessadas são convidados a submeter pontos de vista sobre atividades e focos temáticos para o plano de trabalho da LCIPP para 2028-2031, para consideração pelo Grupo de Trabalho Facilitador em sua 16ª reunião, a ser realizada em 2026.</p>	<p>29/09/2026</p>	<p>Nenhuma</p>
<p>Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas</p> <p>LCIPP - Pontos de vista sobre o impacto do trabalho sob a LCIPP como contribuição para a revisão do FWG em 2027</p>	<p>Partes, Povos Indígenas, comunidades locais e partes interessadas são convidados a submeter pontos de vista sobre o impacto do trabalho sob a LCIPP, que servirão de contribuição para a revisão do Grupo de Trabalho Facilitador em 2027.</p>	<p>31/10/2026</p>	<p>Nenhuma</p>
<p>Tecnologia</p> <p>Programa de Implementação de Tecnologia de Belém</p>	<p>Convite às Partes, observadores e outras partes interessadas não Partes para submeterem tópicos sugeridos a serem discutidos no diálogo global em sessão do Programa de Implementação de Tecnologia de Belém na SBI 66 (junho de 2027).</p>	<p>30/06/2026</p>	<p>Nenhuma</p>
<p>Transparência</p> <p>Reflexões das Partes sobre as atividades mandatadas nas decisões 18/CMA.5 e</p>	<p>Relato e revisão nos termos do Artigo 13 do Acordo de Paris: provisão de apoio financeiro e técnico às Partes em desenvolvimento para elaboração de relatórios e capacitação,</p>	<p>17/05/2026</p>	<p>Nenhuma</p>

<p>21/CMA.6 e informações sobre sua contribuição para a consideração do apoio financeiro e técnico fornecido às Partes em desenvolvimento para relatórios e capacitação no âmbito do Art. 13 do Acordo de Paris</p>			
---	--	--	--

Submissões apresentadas pelo Brasil em março

Transição Justa

Assunto: Brasil apresenta contribuições para o 5º Diálogo do JTWP sobre transição justa e segurança alimentar.

Data: 31/03/2026

Órgão envolvido: UNFCCC.

Resumo: A submissão apresentada pelo Brasil no âmbito do JTWP traz as visões do país sobre o tema proposto para o quinto diálogo do programa, dedicado às trajetórias de transição justa para abordagens holísticas de segurança alimentar, com foco particular na agricultura e nos oceanos. O documento parte do entendimento de que a segurança alimentar constitui prioridade fundamental do regime climático, conforme reconhecido no preâmbulo do Acordo de Paris e em seu artigo 2.1(b), que estabelece que ações de adaptação e fortalecimento da resiliência climática devem ocorrer sem comprometer a produção de alimentos.

A submissão destaca que os sistemas alimentares desempenham papel central no crescimento econômico, na redução da fome e da pobreza e na promoção da inclusão social. Nesse contexto, o Brasil enfatiza que a forma como os alimentos são produzidos, comercializados e consumidos é determinante para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e viabilizar trajetórias de transição justa. O país ressalta que o aumento necessário da produção de alimentos para garantir segurança alimentar deve ser acompanhado por práticas mais sustentáveis e por uma distribuição equitativa dos benefícios do sistema alimentar.

O documento argumenta que a agricultura deve ser compreendida como parte da solução para o enfrentamento das mudanças climáticas e como vetor relevante para o cumprimento dos objetivos da Convenção e do Acordo de Paris. Nesse sentido, o Brasil defende que políticas climáticas no setor agrícola devem considerar diferentes

modelos produtivos, incluindo agricultura convencional, regenerativa, agroecologia, agroflorestas e produção orgânica, levando em conta as circunstâncias nacionais, regionais e locais.

A submissão também destaca o papel central de pequenos produtores, agricultores familiares, comunidades locais e povos indígenas na promoção da segurança alimentar e da resiliência climática. Segundo o Brasil, esses grupos são fundamentais para o fortalecimento das economias locais, a proteção da sociobiodiversidade e a construção de soluções climáticas territorialmente adequadas, embora estejam entre os mais vulneráveis aos impactos da mudança do clima, como degradação do solo, escassez hídrica e eventos climáticos extremos. Assim, as trajetórias de transição justa devem assegurar que ninguém seja deixado para trás.

No plano regulatório internacional, o país ressalta que políticas domésticas voltadas à promoção da transição justa e da segurança alimentar devem permanecer compatíveis com as regras multilaterais de comércio. O documento alerta para o risco de que padrões ambientais ou regulatórios possam ser utilizados como barreiras não tarifárias de facto, impondo encargos desproporcionais a países em desenvolvimento e, em particular, a pequenos produtores.

Com base nessas considerações, o Brasil propõe três subtemas para orientar o quinto diálogo do JTWP: os desafios e lacunas na provisão de meios de implementação para assegurar que a transição em atividades relacionadas à segurança alimentar não deixe ninguém para trás; instrumentos de política pública para fortalecer o papel de pequenos produtores, agricultores familiares e grupos vulneráveis nas trajetórias de transição justa; e o papel dos conhecimentos e práticas de comunidades locais e povos indígenas na promoção simultânea da ação climática e da segurança alimentar. O país também ressalta a importância de evitar sobreposições com discussões conduzidas em outros espaços do regime climático, como o trabalho conjunto de Sharm el-Sheikh sobre agricultura e segurança alimentar e o MWP.

A submissão apresenta ainda exemplos de políticas públicas brasileiras consideradas boas práticas. Entre elas, destaca-se a modernização do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), que reúne informações socioeconômicas e territoriais em um sistema integrado para orientar políticas públicas e facilitar o acesso a financiamento, incluindo linhas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O documento também menciona a iniciativa Alimenta Cidades, voltada ao fortalecimento de sistemas alimentares locais e cadeias curtas de abastecimento em municípios brasileiros, bem como o Programa Cisternas, destinado a ampliar o acesso à água para famílias rurais de baixa renda. Por fim, o Brasil apresenta o conceito de “Florestas Produtivas”, promovido no âmbito da plataforma TERRA da Agenda de Ação da COP30, que busca demonstrar como sistemas agroflorestais podem combinar geração de renda, produção de alimentos e conservação ambiental.

Assunto: Brasil apresenta propostas para a operacionalização do Mecanismo de Transição Justa no JTWP.

Data: 17/03/2026

Órgão envolvido: UNFCCC.

Resumo: A submissão apresentada pelo Brasil no âmbito do JTWP traz as visões do país sobre o processo de operacionalização do Mecanismo de Transição Justa, criado para fortalecer a cooperação internacional e apoiar trajetórias de transição justa no regime climático. O documento destaca que o mecanismo deve funcionar como instrumento prático de cooperação, assistência técnica, capacitação e compartilhamento de conhecimento, complementando iniciativas existentes sob a Convenção e o Acordo de Paris.

O Brasil enfatiza que o mecanismo deve permanecer orientado pelas Partes e não prescritivo, refletindo os princípios de equidade e das responsabilidades comuns, porém diferenciadas e respectivas capacidades, à luz das diferentes circunstâncias nacionais. A submissão ressalta ainda a importância de incorporar princípios já reconhecidos nas decisões recentes da CMA, como abordagens de toda a economia e de toda a sociedade, participação significativa de diferentes atores e respeito aos direitos humanos e trabalhistas. Nesse contexto, o documento destaca a centralidade do trabalho decente, do diálogo social, da qualificação profissional e de sistemas robustos de proteção social para viabilizar transições justas e inclusivas.

A proposta brasileira organiza o escopo do mecanismo em torno de quatro objetivos operacionais principais: fortalecer a cooperação internacional; fornecer assistência técnica; apoiar atividades de capacitação; e promover o compartilhamento de conhecimentos e boas práticas. Esses objetivos poderiam ser implementados por meio de um plano plurianual que articule diferentes áreas temáticas, como inclusão social e proteção social, desenvolvimento de habilidades e transição da força de trabalho, diversificação econômica, segurança alimentar e economias rurais resilientes, além de sistemas energéticos e acesso à energia.

No que se refere às funções do mecanismo, o Brasil propõe que ele atue como plataforma para facilitar a coordenação entre processos e instituições relevantes da UNFCCC, bem como com entidades do sistema das Nações Unidas. Um dos elementos centrais sugeridos é a criação de uma função de “matchmaking”, que conecte necessidades identificadas pelos países com fontes de financiamento, expertise técnica e potenciais parceiros de implementação, contribuindo para transformar prioridades nacionais em iniciativas concretas.

A submissão também sugere que o mecanismo ofereça assistência técnica para apoiar o desenho e a implementação de trajetórias de transição justa, incluindo o desenvolvimento de metodologias, ferramentas de política pública e orientações

práticas. Essa assistência poderia ajudar os países a integrar considerações de transição justa em instrumentos nacionais de planejamento climático e de desenvolvimento, como as contribuições nacionalmente determinadas (NDCs), os planos nacionais de adaptação (NAPs) e as estratégias de desenvolvimento de longo prazo de baixa emissão (LT-LEDS).

No campo da capacitação, o documento destaca a necessidade de fortalecer competências institucionais e técnicas para planejar e implementar trajetórias de transição justa, incluindo programas de formação, aprendizagem entre pares e iniciativas voltadas à antecipação das necessidades de qualificação profissional associadas à descarbonização e à diversificação econômica. O mecanismo também poderia atuar como plataforma para troca de experiências entre formuladores de políticas, trabalhadores, empregadores, autoridades locais e outros atores relevantes.

Em relação à governança, o Brasil defende que o mecanismo seja estruturado de forma inclusiva, permitindo ampla participação de Partes e atores não estatais, incluindo trabalhadores, comunidades, autoridades subnacionais e grupos em situação de vulnerabilidade. O documento enfatiza ainda a importância de refletir a diversidade regional e as diferentes realidades de desenvolvimento, garantindo que as prioridades dos países em desenvolvimento sejam adequadamente consideradas.

Como referência institucional, a submissão menciona a experiência da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza (Global Alliance Against Hunger and Poverty), destacando seu modelo de participação voluntária, estrutura institucional enxuta e foco em conectar prioridades nacionais com financiamento, conhecimento e soluções de política pública. Segundo o Brasil, uma arquitetura semelhante poderia inspirar o desenho do mecanismo de transição justa no âmbito da UNFCCC.

No que diz respeito ao cronograma, o Brasil propõe que os órgãos subsidiários avancem na definição dos elementos essenciais do mecanismo, incluindo objetivos, funções e governança, durante a SB64. A adoção formal do mecanismo poderia ocorrer na COP31, com a definição de um conjunto inicial de atividades, enquanto eventuais elementos adicionais para sua completa operacionalização seriam concluídos até a COP32.

Balanço Global

Assunto: Submissão do Brasil sobre o primeiro UAE Dialogue sobre a implementação do Global Stocktake (GST).

Data: 26/03/2026

Órgão envolvido: UNFCCC.

Resumo: A submissão apresenta as contribuições do Brasil para o primeiro Diálogo dos Emirados Árabes Unidos sobre a Implementação dos Resultados do GST, estabelecido após a conclusão do primeiro balanço global do Acordo de Paris. O país

ressalta que o GST constitui um marco na avaliação do progresso coletivo da ação climática e argumenta que o novo diálogo deve funcionar como um espaço estruturado para transformar os resultados do processo em ações concretas de implementação. Nesse sentido, o Brasil defende que a discussão seja conduzida de forma equilibrada entre mitigação, adaptação e meios de implementação, refletindo os princípios de equidade e responsabilidades comuns, porém diferenciadas.

No documento, o Brasil propõe que o primeiro diálogo seja organizado em sessões temáticas centradas em áreas nas quais o resultado do GST apresentou chamadas claras à ação. Entre elas estão os esforços globais relacionados ao setor de energia, a preservação e restauração da natureza, a cooperação internacional e comércio, e os meios de implementação e apoio. Segundo o país, esses temas são prioritários para avançar na implementação do Acordo de Paris e respondem à crescente mobilização de diversos atores que demandam orientações práticas para a execução dos compromissos climáticos.

Em relação aos sistemas energéticos, a submissão destaca os parágrafos 28 e 29 do resultado do GST, que reconhecem a necessidade de acelerar a transição energética e reduzir emissões associadas à produção e uso de energia. O Brasil enfatiza que a transição para sistemas energéticos de baixo carbono deve ocorrer de forma justa, ordenada e equitativa, considerando desafios específicos enfrentados por países em desenvolvimento, como custos elevados de capital, dependência econômica de combustíveis fósseis, limitações institucionais e a necessidade de ampliar o acesso à energia. O país argumenta que condições habilitadoras são essenciais para viabilizar essa transição em escala global.

A submissão também aborda o papel da conservação e restauração da natureza no cumprimento dos objetivos climáticos. O Brasil destaca os parágrafos do GST que tratam da necessidade de deter e reverter o desmatamento até 2030 e de proteger ecossistemas terrestres e marinhos. Nesse contexto, o país enfatiza que políticas climáticas relacionadas à natureza devem integrar objetivos de desenvolvimento sustentável, segurança alimentar e inclusão social, promovendo iniciativas como bioeconomias florestais, sistemas agroflorestais e recuperação de áreas degradadas.

Outro eixo abordado na submissão refere-se à relação entre ação climática e comércio internacional. O Brasil observa que medidas unilaterais adotadas por alguns países, como ajustes de carbono nas fronteiras, podem gerar impactos negativos para países em desenvolvimento e afetar a confiança na cooperação internacional. O documento argumenta que políticas climáticas devem evitar efeitos discriminatórios ou barreiras comerciais injustificadas e propõe que o diálogo explore formas de alinhar regulamentações climáticas e comércio internacional de maneira cooperativa.

Por fim, o país ressalta que a implementação efetiva dos resultados do GST depende do fortalecimento dos meios de implementação, incluindo financiamento climático, transferência de tecnologia e capacitação. O Brasil menciona avanços recentes nas

negociações multilaterais, como a definição do novo objetivo coletivo quantificado de financiamento climático e iniciativas voltadas à mobilização de recursos, mas observa que o cenário internacional ainda apresenta lacunas significativas de financiamento e cooperação. Nesse contexto, o diálogo é apresentado como uma oportunidade para discutir como fortalecer o apoio internacional e viabilizar maior ambição climática.

Em conclusão, a submissão defende que o primeiro Diálogo dos Emirados Árabes Unidos deve servir como uma plataforma para aprofundar a compreensão coletiva sobre a implementação dos resultados do GST e promover cooperação internacional. O Brasil sustenta que o processo deve priorizar a troca de experiências entre países e stakeholders, com foco em soluções práticas que permitam avançar da definição de compromissos para sua efetiva execução no regime climático internacional.

Ação para o Empoderamento Climático

Assunto: Submissão do Brasil sobre o Diálogo de 2026.

Data: 31/03/2026

Órgão envolvido: UNFCCC.

Resumo: A submissão apresenta as contribuições do Brasil para o Diálogo de 2026 sobre Ação para o Empoderamento Climático (ACE) e para o workshop técnico previsto no âmbito do programa de trabalho de Glasgow. O país destaca que as negociações de 2026 representam uma oportunidade importante para fortalecer essa agenda, que busca capacitar diferentes setores da sociedade a participar de forma ativa na ação climática. A submissão também ressalta que o diálogo deverá abordar dois temas centrais: a revisão de meio-período do programa de trabalho de Glasgow e a discussão de possíveis elementos para um novo plano de ação sob esse programa.

No documento, o Brasil enfatiza a relevância da integridade da informação no contexto da agenda de ACE. O país observa que a disseminação de desinformação, negacionismo e informações enganosas tem se intensificado nos últimos anos, representando um obstáculo significativo para a formulação de políticas baseadas em evidências e para o avanço da ação climática. Nesse sentido, a submissão defende que o fortalecimento da integridade da informação e a implementação da agenda de ACE são processos mutuamente reforçadores, uma vez que a participação pública efetiva depende do acesso a informações científicas confiáveis e de qualidade.

A submissão também destaca a importância da educação sobre mudança do clima como instrumento estratégico para promover participação social informada e engajamento público. O Brasil argumenta que, além do acesso à informação, é necessário fortalecer capacidades críticas da sociedade para interpretar e utilizar essas informações de forma responsável. Nesse contexto, o documento aponta que programas educacionais e campanhas de conscientização pública podem

desempenhar papel fundamental no combate à desinformação e na promoção de mobilização social em torno da ação climática.

No que se refere à revisão de meio-período do programa de trabalho de Glasgow, o Brasil reconhece que avanços foram alcançados tanto nas áreas prioritárias, coerência de políticas, ação coordenada, ferramentas e apoio, e monitoramento e avaliação, quanto nos seis elementos da agenda de ACE: educação, treinamento, conscientização pública, acesso público à informação, participação pública e cooperação internacional. Contudo, o país argumenta que a revisão oferece uma oportunidade para identificar lacunas e incorporar novos desafios, especialmente aqueles relacionados à disseminação de desinformação climática.

A submissão também defende o desenvolvimento de um novo plano de ação sob o programa de trabalho de Glasgow, considerando que o plano de quatro anos adotado anteriormente está próximo de expirar. O Brasil sugere que o novo plano tenha duração de cinco anos, alinhando-se ao período restante do programa de trabalho. Além disso, propõe que as atividades sejam estruturadas de forma clara, com prazos definidos e foco em ações imediatas, mantendo equilíbrio entre os seis elementos da agenda de ACE e as quatro áreas prioritárias.

Outro aspecto destacado é a necessidade de garantir inclusão e participação significativa de diferentes grupos sociais na implementação da agenda de ACE. A submissão enfatiza a importância de envolver povos indígenas, comunidades locais, juventude, mulheres, pessoas com deficiência e idosos nos processos de ação climática. Segundo o Brasil, a integração das perspectivas desses grupos é essencial para assegurar que as respostas à mudança do clima sejam efetivas, inclusivas e socialmente justas.

Por fim, o Brasil apresenta sugestões sobre o formato do Diálogo de 2026, propondo que o evento tenha duração de três dias e seja organizado em sessões interativas, incluindo grupos de trabalho temáticos e apresentações de especialistas. O país também recomenda a participação de representantes de organizações internacionais e especialistas em integridade da informação e comunicação climática. A submissão conclui que os resultados do diálogo devem ser consolidados em um documento que sirva como insumo para as negociações sobre a revisão do programa de trabalho de Glasgow e para a adoção de um novo plano de ação em futuras sessões da Convenção.

Diálogo de Pesquisa

Assunto: Submissão do Brasil sobre possíveis temas para o 18º Diálogo de Pesquisa (SBSTA 64).

Data: 20/03/2026

Órgão envolvido: UNFCCC.

Resumo: A submissão apresenta as contribuições do Brasil sobre possíveis temas a serem discutidos no 18º Diálogo de Pesquisa, a ser realizado durante a SBSTA 64. O país destaca que o diálogo representa uma plataforma importante para fortalecer a interação entre comunidade científica e formuladores de políticas, contribuindo para ampliar a compreensão sobre o estado atual do conhecimento científico relacionado à mudança do clima e apoiar a tomada de decisões no âmbito da Convenção.

No documento, o Brasil sugere como primeiro tema os avanços na ciência de eventos climáticos extremos e na atribuição de eventos. A submissão ressalta que os progressos recentes nas metodologias de detecção e atribuição têm ampliado a capacidade de avaliar a influência das mudanças climáticas de origem antrópica na ocorrência de eventos extremos. Segundo o país, discussões sobre inovações metodológicas, incertezas científicas e aplicações dessas abordagens podem contribuir para o aprimoramento de estratégias de adaptação e de redução de riscos de desastres.

A submissão também propõe como tema o avanço da modelagem climática regional e da provisão de informações climáticas voltadas à tomada de decisão. O Brasil destaca que projeções climáticas regionais mais robustas, incluindo melhorias em técnicas de downscaling e no desenvolvimento de serviços climáticos, são fundamentais para apoiar o planejamento em níveis nacional e local. O documento ressalta ainda a importância de aprimorar a disponibilidade de informações climáticas para regiões onde persistem maiores níveis de incerteza científica, especialmente em regiões tropicais e em áreas de países em desenvolvimento.

Outro tema sugerido refere-se aos avanços na avaliação de riscos climáticos compostos e riscos em cascata. A submissão observa que pesquisas recentes têm destacado a crescente relevância de eventos climáticos interligados e de riscos sistêmicos resultantes da interação entre diferentes perigos climáticos. Nesse sentido, o Brasil sugere aprofundar o desenvolvimento de metodologias para avaliar esses riscos e suas implicações para áreas como segurança alimentar, segurança hídrica e resiliência de infraestruturas.

Por fim, o documento propõe o fortalecimento da integração entre conhecimento tradicional e ciência climática no contexto da adaptação. O Brasil enfatiza que povos indígenas e comunidades locais possuem conhecimentos acumulados ao longo de gerações sobre gestão de ecossistemas, variabilidade climática e gestão de riscos. A submissão sugere que o diálogo explore abordagens metodológicas para integrar esses sistemas de conhecimento, incluindo processos participativos de avaliação de riscos climáticos, coprodução de conhecimento e o desenvolvimento de indicadores que considerem dimensões de equidade e transição justa nas políticas de adaptação.

Em conclusão, o Brasil argumenta que a discussão desses temas no Diálogo de Pesquisa pode contribuir para fortalecer o diálogo entre ciência e política no regime

climático internacional. Ao promover intercâmbio entre especialistas e formuladores de políticas, o processo pode ampliar a base de conhecimento científico disponível para orientar respostas mais eficazes e inclusivas aos desafios impostos pela mudança do clima.

Adaptação

Assunto: Submissão do Brasil sobre possíveis temas para o 18º Diálogo de Pesquisa (SBSTA 64).

Data: 23/03/2026

Órgão envolvido: UNFCCC.

Resumo: A submissão do Brasil, apresentada no âmbito da COP 30 em Belém, estabelece a visão do país para o Roteiro de Adaptação de Baku (BAR) e sua relação com a Visão Belém-Adis (BAV). O documento responde às decisões adotadas na CMA.7 e tem como objetivo apoiar uma abordagem coerente, inclusiva e orientada à implementação do Objetivo Global de Adaptação (GGA), previsto no Artigo 7 do Acordo de Paris. A submissão destaca que a primeira fase do BAR (2026-2028) incluirá dois workshops anuais e um documento técnico preparado pelo secretariado, conforme parágrafo 27 da decisão -/CMA.7.

A submissão distingue as funções complementares do BAR e da BAV. Enquanto a BAV é descrita como um espaço dedicado à operacionalização técnica e política dos Indicadores de Adaptação de Belém, o BAR é apresentado como o veículo para avançar nas dimensões mais amplas de implementação do GGA, incluindo compartilhamento de conhecimento, fortalecimento de respostas de adaptação ligadas aos alvos dos parágrafos 9 e 10 da decisão 2/CMA.5 e melhoria do acesso aos meios de implementação.

O Brasil propõe que os quatro princípios norteadores do BAR, estabelecidos no parágrafo 28 da decisão -/CMA.7 – alinhamento com o objetivo de temperatura do Acordo de Paris, fortalecimento da implementação dos alvos, compartilhamento de conhecimento e acesso a meios de implementação – permeiem todas as discussões. Além disso, as considerações transversais mencionadas no parágrafo 10 da mesma decisão (gênero, direitos humanos, equidade intergeracional, justiça social, participação de povos indígenas, comunidades locais, afrodescendentes, jovens, pessoas com deficiência e migrantes) também devem integrar os debates.

A submissão propõe seis áreas temáticas para os workshops da primeira fase do BAR, todas baseadas nos alvos da decisão 2/CMA.5: 1) agricultura climaticamente resiliente e segurança alimentar (parágrafo 9b); 2) adaptação, erradicação da pobreza e meios de subsistência (parágrafo 9f); 3) adaptação baseada em ecossistemas, soluções baseadas na natureza e gestão resiliente de recursos hídricos (parágrafos 9a

e 9d); 4) saúde e adaptação (parágrafo 9c); 5) adaptação urbana e infraestrutura resiliente (parágrafo 9e); e 6) patrimônio cultural e adaptação (parágrafo 9g). Para cada tema, o documento sugere perguntas-chave que orientarão os debates, com ênfase em práticas bem-sucedidas, financiamento, integração de conhecimentos tradicionais e proteção de populações vulneráveis.

Quanto ao documento técnico solicitado no parágrafo 29 da decisão -/CMA.7, o Brasil propõe que seja estruturado em quatro componentes: A) síntese das discussões dos workshops; B) compilação de práticas de implementação compartilhadas pelas Partes, organizadas pelos alvos do parágrafo 9 e pelos alvos dimensionais do parágrafo 10 (avaliação de risco, planejamento, implementação, monitoramento e avaliação), incluindo experiências de povos indígenas e comunidades locais; C) mapeamento da coerência entre os fluxos de trabalho de adaptação da UNFCCC, evitando duplicações e identificando sinergias com o Comitê de Adaptação (AC), o Grupo de Especialistas em Países Menos Desenvolvidos, o Programa de Trabalho de Nairóbi (NWP), o processo de NAPs e o segundo Balanço Global (GST 2.0); e D) recomendações prospectivas para as fases subsequentes do BAR.

Por fim, a submissão apresenta considerações organizacionais: workshops com formatos híbridos para maximizar participação, diversidade de vozes (incluindo observadores, juventude, idosos, afrodescendentes), disponibilização do documento técnico com antecedência suficiente, evitar duplicação com outros processos e produção de resumos das reuniões pelos presidentes dos órgãos subsidiários.

Glossário

ACE: *Ação para o Empoderamento Climático (ACE) é um termo adotado pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) para designar o trabalho realizado no âmbito do Artigo 6 da Convenção e do Artigo 12 do Acordo de Paris.*

AC: *Comitê de Adaptação (Adaptation Committee). Órgão estabelecido pela UNFCCC para promover a implementação coerente da adaptação, fornecendo orientação técnica, compartilhamento de conhecimento e apoio às Partes.*

Acordo de Paris: *Tratado internacional de mudanças climáticas assinado em 2015 e em vigor desde 2016. Tratado de implementação vinculado à UNFCCC.*

AEP: *O Painel de Especialistas em Acreditação apoia a implementação de padrões e procedimentos para a acreditação de entidades operacionais envolvidas na validação e verificação de projetos e programas de atividades no âmbito do mecanismo do Artigo 6.4, também conhecido como Mecanismo de Creditação do Acordo de Paris.*

BAR: *Roteiro de Adaptação de Baku (Baku Adaptation Roadmap). Processo estruturado para avançar a implementação do Objetivo Global de Adaptação (GGA), incluindo workshops e documentos técnicos voltados à operacionalização da adaptação.*

BAV: *Visão Belém-Adis (Belém–Adis Vision). Iniciativa voltada à operacionalização técnica e política de indicadores de adaptação, com foco em monitoramento e avaliação do progresso no GGA.*

CAF: *Cadastro Nacional da Agricultura Familiar.*

CMA: *Conferência das Partes do Acordo de Paris. É a reunião anual das Partes do Acordo de Paris para tomada de decisões de implementação do tratado.*

CMP: *Conferência das Partes atuando como reunião das Partes do Protocolo de Quioto (Conference of the Parties serving as the Meeting of the Parties to the Kyoto Protocol). Instância decisória responsável pela implementação do Protocolo de Quioto.*

COP: *Conferência das Partes da UNFCCC. É a reunião anual das Partes da UNFCCC para tomada de decisões de implementação do tratado.*

DNAs: *Autoridades Nacionais Designadas (Designated National Authorities). Entidades nacionais responsáveis por aprovar e supervisionar a participação de projetos em mecanismos de mercado de carbono, como o Artigo 6.*

ETF: *Marco de Transparência Reforçado sob o Acordo de Paris.*

FCAS: *Estados frágeis e afetados por conflitos (Fragile and Conflict-Affected States).*

FMCP: *Consideração Facilitadora e Multilateral do Progresso é um processo no âmbito do Quadro de Transparência Reforçado do Acordo de Paris por meio do qual é realizada uma consideração facilitadora e multilateral do progresso de uma Parte em relação aos seus esforços sob o Artigo 9 do Acordo de Paris e à implementação e ao cumprimento de sua Contribuição Nacionalmente Determinada.*

GGA: *Objetivo Global de Adaptação (Global Goal on Adaptation). Meta estabelecida no Acordo de Paris para fortalecer a resiliência e reduzir a vulnerabilidade às mudanças climáticas.*

GIZ: *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit. Agência alemã de cooperação internacional que apoia projetos de desenvolvimento sustentável.*

GST: *Balanço Global (Global Stocktake). Processo periódico do Acordo de Paris que avalia o progresso coletivo das Partes em relação aos objetivos climáticos.*

JTWP: *Programa de Trabalho de Transição Justa (Just Transition Work Programme). Iniciativa da UNFCCC para promover trajetórias de transição justa, com foco em aspectos sociais, econômicos e trabalhistas da ação climática.*

LT-LEDS: *Estratégias de Desenvolvimento de Longo Prazo de Baixas Emissões (Long-Term Low Emission Development Strategies). Planos nacionais de longo prazo para descarbonização e desenvolvimento resiliente.*

MDL: *Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.*

MEL: Monitoramento, Avaliação e Aprendizagem (Monitoring, Evaluation and Learning). Abordagem sistemática para acompanhar resultados, avaliar impactos e incorporar aprendizado em políticas e projetos.

MEP: Um painel que apoia o desenvolvimento de padrões e diretrizes para atividades de redução e remoção de emissões, fornecendo esclarecimentos para facilitar o registro dessas atividades no mecanismo do Artigo 6.4 do Acordo de Paris.

NAP: Planos desenvolvidos pelos países, particularmente pelos Países Menos Desenvolvidos (LDCs), para identificar e abordar necessidades de adaptação às mudanças climáticas de médio e longo prazo. Esses planos incluem estratégias e programas voltados para o aumento da resiliência aos impactos climáticos.

NDC: Contribuição Nacionalmente Determinada (Nationally Determined Contribution), documento individual apresentado pelas Partes do Acordo de Paris que contém a contribuição daquela Parte para evitar o aumento de temperatura da Terra em mais de 1.5°C em relação aos níveis pré-industriais e cumprir os objetivos do Acordo de Paris.

NWP: Programa de Trabalho de Nairóbi (Nairobi Work Programme). Iniciativa da UNFCCC para melhorar o conhecimento e a implementação da adaptação às mudanças climáticas.

PACM: Mecanismo de Creditação do Acordo de Paris (Paris Agreement Crediting Mechanism). Instrumento estabelecido pelo Artigo 6.4 para gerar créditos de carbono a partir de atividades de mitigação.

PAICC: Comitê de Implementação e Conformidade do Acordo de Paris. Mecanismo estabelecido pelo Artigo 15 do Paris Agreement para facilitar a implementação e promover o cumprimento de suas disposições.

Parte(s): país(es) membro(s) da UNFCCC e do Acordo de Paris.

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

PNUMA: Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

RCCs: Centros de Colaboração Regional (Regional Collaboration Centres). Estruturas apoiadas pela UNFCCC para promover implementação de políticas climáticas e mecanismos de mercado em nível regional.

SBI: Órgão Subsidiário de Implementação (Subsidiary Body for Implementation).

SBSTA: Órgão Subsidiário de Assessoramento Técnico e Científico (Subsidiary Body for Scientific and Technological Advice).

SIDS: Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (Small Island Developing States). Grupo de países particularmente vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas.

Stakeholders: atores estatais ou não-estatais, entidades públicas ou privadas, credenciadas ou não como “observadoras” do sistema da UNFCCC que possuem interesse nos temas negociados.

Submissão: documento pelo qual uma parte interessada apresenta manifestação com sua visão sobre determinado ponto de discussão nas negociações, podendo conter contribuições técnicas e científicas, e recomendações e propostas concretas de como tal ponto de discussão deve ser tratado e resolvido entre as Partes na negociação.

TEC: Comitê Executivo de Tecnologia.

TERRA: Agenda de Ação da COP30. Plataforma lançada no contexto da COP30 para promover soluções climáticas, incluindo iniciativas relacionadas a uso da terra, bioeconomia e sistemas produtivos sustentáveis.

UNFCCC: Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, ou “Convenção do Clima” (United Nations Framework Convention on Climate Change), tratado internacional assinado em 1992, do qual o Acordo de Paris faz parte.

WIM: Mecanismo Internacional de Varsóvia para Perdas e Danos (Warsaw International Mechanism for Loss and Damage). Estrutura da UNFCCC voltada a abordar perdas e danos associados aos impactos das mudanças climáticas.

Saiba mais sobre o Acordo de Paris e a COP 30

O Acordo de Paris de 2015 é um tratado internacional de abrangência praticamente universal, com 193 países-membros. Ele é vinculado à UNFCCC, um sistema de tratado internacional “guarda-chuva”, que prevê princípios, diretrizes e políticas mais amplas para que a comunidade global cooperativamente possa enfrentar a crise climática. Um dos principais objetivos do Acordo é impedir o aumento da temperatura global acima de 1.5°C ou mantê-lo bem abaixo de 2°C em relação aos níveis pré-industriais, um limite que a ciência demonstrou ser “o ponto de não-retorno”, com efeitos devastadores para a vida na Terra. Além disso, o Acordo de Paris tem o objetivo de tornar os países resilientes à mudança do clima e de descarbonizar os fluxos financeiros.

Para saber mais sobre o Acordo de Paris e entender os principais temas da negociação, especialmente à luz da COP 30, leia nossas publicações “[Acordo de Paris: um guia para os perplexos](#)”. “[Rumo à COP: guia de bolso para entender as negociações do clima – Edição COP 30](#)”, “[Resumo COP 30](#)” e [Resultados da COP 30](#)”.

***Boletim elaborado por André Castro e Maria Gabriella de Souza.**